



UMA REFLEXÃO SOBRE ALFABETIZAÇÃO DIGITAL A PARTIR DA ANÁLISE DE AÇÕES REALIZADAS POR BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE SÃO PAULO E DE BARCELONA

A REFLECTION ON DIGITAL LITERACY BASED ON THE ANALYSIS OF ACTIONS CARRIED OUT BY PUBLIC LIBRARIES OF SÃO PAULO AND BARCELONA

UNA REFLEXIÓN SOBRE LA ALFABETIZACIÓN DIGITAL A PARTIR DEL ANÁLISIS DE LAS ACCIONES REALIZADAS POR LAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE SÃO PAULO Y BARCELONA

Mariana Silva Moura, Universidade Federal de São Carlos
Márcia Regina da Silva, Universidade Federal de São Carlos

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Este trabalho reflete sobre a atuação das instituições e dos profissionais da informação no combate às carências informacionais da população e na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. De natureza exploratória, descritiva e explicativa, faz uso de abordagens quantitativa e qualitativa, de técnicas de revisão sistemática e estudo comparativo a partir do levantamento das ações de competência digital realizadas nas bibliotecas públicas das cidades de São Paulo e de Barcelona. Em fase de levantamento bibliográfico, a pesquisa se orienta pelo conceito da UNESCO denominado de Alfabetização Midiática e Informacional.

Palavras-Chave: Competência Digital. Alfabetização Midiática e Informacional. Biblioteca Pública.

Abstract: *This work reflects on the performance of institutions and information professionals in combating the population's informational needs and in achieving the UN's Sustainable Development Goals (SDGs). Of an exploratory, descriptive and explanatory nature, it uses quantitative and qualitative approaches, systematic review techniques, bibliographic research and a comparative study based on the survey of Digital Competence actions carried out in public libraries in the cities of São Paulo and Barcelona. In the bibliographic survey phase, the research is guided by the UNESCO concept called Media and Information Literacy.*

Keywords: *Digital Literacy. Media and Information Literacy. Public Library.*

Resumen: *Este trabajo reflexiona sobre el desempeño de las instituciones y los profesionales de la información en la lucha contra las necesidades de información de la población y en el logro de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la ONU. De carácter exploratorio, descriptivo y explicativo, utiliza enfoques cuantitativos y cualitativos, técnicas de revisión sistemática, investigación bibliográfica y estudio comparativo a partir del relevamiento de acciones de Competencia Digital realizado en bibliotecas públicas de las ciudades de São Paulo y Barcelona. En la fase de levantamiento bibliográfico, la investigación se guía por el concepto de la UNESCO denominado Alfabetización Mediática e Informacional.*

Palabras clave: *Competencia Digital. Alfabetización Mediática e Informacional. Biblioteca Pública.*

1 INTRODUÇÃO

A UNESCO (2013, 2016) cunhou e advoga a favor de um conceito emergente na sociedade da informação: a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI). Trata-se de uma alfabetização que vai além do processo de aprender a ler e a escrever e que se entrelaçou com os estudos da Ciência da Informação (CI) nas últimas décadas, em especial no campo do estudo de usuário. Se entrelaça também em campos limítrofes à Educação e à Comunicação, como aqueles que tratam de investigar bibliotecas escolares, a mediação ou “desintermediação” da informação e a maneira como a informação é manipulada nas mídias e no ambiente digital. O avanço nesses estudos permitiu que termos como Competência em Informação (CoInfo), Competência Digital, Competência Midiática, entre outros, ganhassem relevância e passassem a ser objeto de análise. Questões sociais foram levantadas, *frameworks* para guiar governos em suas políticas públicas foram produzidos e a complexidade de orientar a população veio à tona, mostrando que as competências necessárias para lidar com a informação de forma íntegra neste ambiente digital onde todos são produtores, adentra o campo da ética e dos direitos humanos. Segundo a própria UNESCO (2016, p. 31),

o objetivo principal da AMI é empoderar as pessoas para que exerçam seus direitos universais e suas liberdades fundamentais, como a liberdade de opinião e de expressão, e, também, para que busquem transmitir e receber informações, aproveitando as oportunidades emergentes da forma mais eficaz, ética e eficiente, para o benefício de todos os indivíduos.

Assim como outros órgãos e Estados, a UNESCO explicita o direito do ser humano de ser capacitado digital e midiaticamente, e entende que para que esse objetivo seja atingido, um conjunto de habilidades precisam ser trabalhadas no cidadão a fim de que ele desenvolva uma visão mais ampla sobre o conteúdo das informações que recebe e sobre a intenção de seus interlocutores e dos canais pelos quais elas são disseminadas, fazendo com que a propagação seja feita com mais consciência e responsabilidade. Essas habilidades a serem aprendidas são letramentos que de alguma maneira seguem os objetivos da AMI e que podem ser desmembrados em nichos como: competências técnicas e para o uso de ferramentas; competências informacionais e para a manipulação da informação; competências para as mídias, para uso e propagação responsável; competências éticas e culturais para formação de cidadãos mais conscientes, entre outras. Juntas, elas permitem ao cidadão, algo similar ao pensamento de Farias e Belluzzo sobre a Competência em

Informação: “[...]o reconhecimento social sobre a capacidade de alguém de se pronunciar a respeito de um assunto específico.” (FARIAS; BELLUZZO, 2015, p. 37).

A necessidade dessas competências se alinha ao avanço da sociedade em rede que trouxe uma cultura participativa em que as pessoas são agentes ativos. A *web 2.0* “[...] trouxe os *blogs*, *wikis*, *chats*, as mídias sociais colaborativas, as redes sociais e o conteúdo produzido pelos próprios internautas no conceito de inteligência coletiva, na qual os usuários passam a ser também produtores de conteúdos midiáticos [...]” (PASSARELLI, 2020, p. 262). Hoje, o usuário é entendido como consumidor e produtor de seus próprios conteúdos, ou seja, um agente ativo de seu próprio processo de apropriação da informação. Alguns autores dizem ser esse um processo sem mediadores, um conceito permitido pelo contexto da *web 2.0* e introduzido por Pierre Lévy, chamado de desintermediação que “[...] levanta imediatamente questões relativas à pertinência e à garantia de autenticidade das informações.” (LÉVY, 1998, p. 45). Neste contexto, a preocupação se volta não só para os conteúdos compartilhados, como também para os canais de comunicação onde são propagadas e para os próprios produtores. Com todos os indivíduos se apropriando dos meios de comunicação fica mais fácil, não só duvidar da procedência, como também observar a dificuldade do ser humano em compreender mensagens e avaliá-las. Primeiramente, por falta de tempo e consequência do dinamismo proporcionado por redes digitais cada vez mais velozes e, por outro lado, pela falta de alfabetização para lidar com esse novo cenário de multiplataformas e narrativas transmidiáticas imposto nas últimas décadas.

Essas narrativas são muitas vezes criadas em redes sociais digitais e até produzidas por algoritmos de inteligência artificial e são permitidas graças à nova onda informacional que está se iniciando com a chegada da *web 3.0*, onde a conectividade é constante e as máquinas são assistentes no comportamento informacional do usuário, criando e personalizando cada vez mais seus conteúdos. Nesse cenário, talvez se faça necessário ir além do uso dos letramentos avulsos, mas sim das transliteracias, que como explica Passarelli (2020, p. 269), seria “[...] a habilidade de ler, escrever e interagir entre diferentes plataformas digitais, artefatos e meios de comunicação, utilizando desde a oralidade ao desenho, linguagem escrita, mídia impressa, rádio, Tv, vídeos, filmes e redes sociais.” Esse termo é proposto pela UNESCO em substituição ao termo literacia, a fim de que pudéssemos

entender que a alfabetização para informação e mídia no meio digital não é só realizada em uma plataforma ou um ambiente, mas sim, entre eles. Na área da Comunicação, o especialista em narrativa transmídia, Henry Jenkins, apresenta uma ecologia de meios fluída similar e que não se limita a uma ferramenta ou a um único espaço, situação que tende a ser maximizada com a exploração do conceito de metaverso digital. Jenkins (2009; n.p.) ainda ressalta em seu livro *Cultura de Convergência*, que “[...] enquanto o foco permanecer no acesso, a reforma permanecerá concentrada nas tecnologias; assim que começarmos a falar em participação, a ênfase se deslocará para os protocolos e práticas culturais”. Essa discussão abrange a família das transliteracias, que envolvem mais que ensinar aos sujeitos as técnicas e as tecnologias, mas sim permitir que o cidadão seja participativo na sociedade, que tenha pensamento crítico necessário e o apoio ideal por parte do Estado. Esse pensamento encontra apoio na fala de Passarelli (2020, p. 272) que avalia que as transliteracias “[...] demandam políticas públicas que garantam a inclusão, a produção e fruição dessa cultura digital, e que estejam pautadas nos direitos à educação, ao conhecimento e à informação.”.

Por entender esse cenário transmidiático e a carência informacional da população, esta pesquisa vê coerência na transliteracia como forma de alfabetização informacional e midiática, e vê dentro do processo de desenvolvimento de competências digitais, as ferramentas necessárias para uma atuação efetiva da área da Ciência da Informação, neste trabalho colocada na figura da biblioteca pública. Por esse motivo, o termo adotado aqui será a Competência Digital, que segundo Becker “são as competências que diferenciam o usuário letrado” (2018, p. 2, tradução nossa). O autor defende que uma vez dominadas as competências digitais, o usuário terá dominado as competências informacionais. É possível observar ainda que o contrário nem sempre é verdadeiro.

Nesta pesquisa consideramos a Competência Digital como uma situação a ser alcançada em sua totalidade, como um conjunto de habilidades que extrapolam o letramento tecnicista. Percebemos que este conceito, além de servir bem à alfabetização midiática e informacional, acolhe sem conflitos a alfabetização transmidiática e as transliteracias, devido ao ambiente de multiplataformas em que está inserido e da jornada descentralizada a qual é submetido o usuário durante a vivência e aprendizado digitais. Por fim, a favor do pensamento de Becker, entendemos que o conceito da Competência Digital contribui com o processo de desmistificação de que os nativos digitais são por *default*,

letrados digitais (BECKER, 2018, p. 02). Essa ideia vai ao encontro do discurso da americana Danah Boyd, que amplia a visão sobre o mito dos nativos digitais e a necessidade de entendermos que “[...]muitos dos adolescentes de hoje estão profundamente envolvidos com as mídias sociais [...] mas isso não significa que eles tenham inerentemente o conhecimento ou as habilidades para aproveitar ao máximo suas experiências online.” (BOYD, 2014, p. 176). Ao falar de orientação à criança e ao jovem, por exemplo, é perceptível a maior familiaridade com as ferramentas, mas é preciso a orientação para pensar mais criticamente sobre a informação que consomem, além de ser necessária a qualificação para o mercado de trabalho futuro. Ao passo que para os adultos ou idosos as dificuldades operacionais são mais latentes que as cognitivas. Em ambos os casos é preciso colocá-los em posição de igualdade digital dentro da sociedade.

Vitorino (2018, p. 82) ao cunhar o termo vulnerabilidade em informação chama atenção para parcela de indivíduos que não têm os mesmos acessos à informação que outras camadas sociais mais privilegiadas. Tais reflexões acerca desse tema contribuem para a busca de soluções que contemplem toda a comunidade, em especial os sujeitos privados de alfabetização midiática e informacional por motivos sociais. Os motivos sociais vão além das questões econômicas, mas também de diversidade e perspectiva de gênero, como desenvolve o grupo GENDIMS, da Faculdade de Informação e Mídias Audiovisuais da Universidade de Barcelona, na Espanha, que dedica suas atividades às investigações “[...] cujo objetivo principal é incorporar a perspectiva de gênero e LGBTQIA+ no ensino dos estudos de comunicação e gestão da informação na faculdade.” (UNIVERSITAT DE BARCELONA, 202-). Atualmente o GENDIMS está levando essas mesmas investigações a grupos de jovens na cidade de Barcelona.

A hipótese levantada neste trabalho é de que a biblioteca pode suprir o *gap* instaurado entre os que não têm acesso à capacitação informacional e as competências teorizadas na literatura. É sabido que a biblioteca tem papel fundamental no alcance dos objetivos da Agenda 2030, conforme Silva e Borges (2021, p. 19) destacam “a biblioteca contribui fundamentalmente no alcance de 12 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ao promover a implementação de ações culturais que são compatíveis com as indicações da IFLA [*International Federation of Library Associations*] para o alcance desses Objetivos.”

Ainda na literatura podemos encontrar guias que direcionam o ensino e compartilhamento de competências, como é o caso dos projetos europeus *Digital Competence Framework (DigiComp)* e do Plano de Competências Digitais da Espanha, mas na prática, quais unidades de informação estão aplicando essas ações? A biblioteca pública, junto aos profissionais de informação, tem demonstrado interesse no tema e assumido o seu papel na contribuição da capacitação digital da população? E ainda, essa prática está sendo desenvolvida em todas as sociedades, países em desenvolvimento como o Brasil, têm projetos tão bem preparados quanto os apresentados pelo primeiro mundo?

Na perspectiva da alfabetização midiática e informacional, nos objetivos mundiais de sustentabilidade da UNESCO e nos esforços para a compreensão da amplitude da Competência Digital, este trabalho tem como objetivo geral entender se a biblioteca pública está atuando a fim de contribuir com o desenvolvimento de competências digitais na população, com o intuito de entender se as organizações estão realizando na prática o que os planos e *frameworks* estão ditando. Além disso, busca refletir sobre as possibilidades que essas instituições, bem como os profissionais da informação têm, no sentido de concretizar as metas de desenvolvimento mundial sustentável propostas pela ONU.

Os objetivos específicos se configuram em realizar um levantamento bibliográfico das terminologias e dos conceitos apresentados, visto que muitos deles podem parecer sinônimos, mas possuem propriedades muito específicas; levantar os objetivos e responsabilidades da biblioteca pública na sociedade atual, a fim de traçar um paralelo com as contribuições possíveis dentro das camadas da alfabetização midiática e informacional; analisar e refletir sobre o desenvolvimento desses conceitos dentro da área da Ciência da Informação, uma vez que nota-se uma discussão maior sobre temas relativos à alfabetização transmidiática e digital em áreas como Comunicação e Educação e, por fim analisar comparativamente as ações realizadas nos últimos três anos pelas redes de bibliotecas públicas da cidade de Barcelona e de bibliotecas públicas da cidade de São Paulo, com o objetivo de quantificar e qualificar o fomento às competências digitais dentro de dois cenários sociais distintos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As principais referências para o desenvolvimento deste trabalho serão os estudos de competências para informação como das professoras Regina Célia Belluzzo e Marta Leandro, bem como a literatura da UNESCO que aborda a Alfabetização Midiática e Informacional e as pesquisas da professora Brasilina Passarelli que abordam questões de transliteracia e aprendizado de informação no ambiente *web*.

Acerca da Competência Digital serão considerados, entre outros, os trabalhos de Bernd W. Becker e Heidi Julien, além da análise minuciosa das políticas públicas próprias para a área, como é o caso do *Digital Competence Framework*. Por entender que a temática está atrelada ao campo social e de mídia, o trabalho irá permear por pensamentos de Pierre Lévy e Henry Jenkins, além de estar alinhado aos conceitos de Vulnerabilidade em Informação, como traz Elizete Vitorino e Competências Infocomunicacionais, que advoga a professora Jussara Borges.

Exemplos de investigações que estão sendo desenvolvidas na Espanha serão citados, a fim de contextualizar como as práticas de Competência Digital estão sendo realizadas. Além dos autores citados, outras obras estão sendo incorporadas, a fim de refletir sobre os próximos passos que o Brasil deve dar para se equiparar à Competência Digital que está sendo desenvolvida em países de primeiro mundo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de natureza exploratória, descritiva e explicativa de abordagens quantitativa e qualitativa, que utilizará técnicas de revisão sistemática e estudo comparativo.

A revisão sistemática será realizada com ajuda do *software StArt (State of the Art through Systematic Review)*, desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software (LAPES). Serão utilizadas bases de dados nacionais e internacionais da área de Ciência da Informação para o levantamento bibliográfico. Busca-se entender com a revisão sistemática como os conceitos atrelados à Competência Digital estão sendo tratados na área.

Serão levantadas bibliotecas públicas da cidade de Barcelona e as bibliotecas públicas da cidade de São Paulo, com intuito de pontuar ações e atividades que estão alinhadas ao desenvolvimento de Competência Digital. A cidade de Barcelona foi escolhida devido a política nacional de alfabetização digital já instalada e a cidade de São Paulo por iniciativas que se destacam no país com esse direcionamento. As ações e atividades desenvolvidas

nesses locais serão comparadas tendo como premissa entender o quanto o respaldo de políticas nacionais são determinantes para o desenvolvimento de competências digitais no âmbito das bibliotecas.

4 RESULTADOS

Esta pesquisa está no estágio inicial, tendo sido realizado o levantamento bibliográfico que está sendo refinado para inserção no *software* StArt. Vislumbra-se entender a Competência Digital como uma forma prática e que valoriza a biblioteca como colaborador ativo no desenvolvimento das habilidades que dignificam o cidadão e preparam todas as camadas da população para a sociedade que está sendo moldada para o futuro.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Bernd W. Information Literacy in the Digital Age: myths and principles of digital literacy. **School Of Information Student Research Journal**, [S.L.], v. 7, n. 2, p. 1-8, 21 jan. 2018. San Jose State University Library. Disponível em: <https://scholarworks.sjsu.edu/ischoolsrj/vol7/iss2/2/>. Acesso em: 26 set. 2022.
- BOYD, Danah. **It's complicated** : the social lives of networked teens. Yale University Press: New Haven + London, 2014.
- FARIAS, Gabriela Belmont. de; BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **Como desenvolver a competência em informação mediada por modelagem conceitual teórico-prática: por uma aprendizagem significativa e criativa na educação**. Londrina: ABECIN Editora, 2015.
- LÉVY, Pierre. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. **Revista FAMECOS**, v. 5, n. 9, p. 37-49, 10 abr. 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3009>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- PASSARELLI, Brasilina; GOMES, Ana Claudia Fernandes. Transliteracias: a terceira onda informacional nas humanidades digitais. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S.L.], v. 13, n. 1, p. 253-275, 6 fev. 2020. Biblioteca Central da UNB. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/29527>. Acesso em: 26 set. 2022.
- JENKINS, H. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2013.
- SILVA, Fabiane Simões da; BORGES, Jussara. A biblioteca pública como viabilizadora da Agenda 2030 da ONU. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1456>. Acesso em: 26 set. 2022.
- UNESCO. **Marco de Avaliação Global da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI):** disposição e competências do país. – Brasília : UNESCO, Cetic.br, 2016.
- UNESCO. **Alfabetização midiática e informacional** : currículo para formação de professores / Carolyn Wilson, Alton Grizzle, Ramon Tuazon, Kwame Akyempong e Chi-Kim Cheung. – Brasília: UNESCO, UFTM, 2013.
- UNIVERSITAT DE BARCELONA. **Gendims** : Genders Perspective in Information and Media Studies, [202-]. Gendims. Disponível em: <https://www.ub.edu/gendims/>. Acesso em: 13 fev. 2022.
- VITORINO, Elizete Vieira. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação”. **Ciência da Informação**, v. 47, n. 2, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/99215>. Acesso em: 26 set. 2022.